ATA N.º 02/2019

------- Ata da sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Cantanhede, realizada no dia 28 de março de 2019. ----------

------- Aos 28 dias do mês de março de 2019, pelas 09,30 horas, reuniu no Salão Nobre dos Paços do Município a Assembleia Municipal, em sessão Extraordinária Pública, convocada através do ofício nº. 14/JM, datado de 22 de março de 2019 e publicitada através do Edital da mesma data, com a seguinte Ordem de Trabalhos: --

------- **Ponto 1** - Apreciação, discussão e votação da proposta de desafetação do Domínio Público de uma parcela de terreno sita na Rua Dr. Jaime Cortesão, na cidade de Cantanhede, no âmbito do Processo de Obras n.º 1609/2018; ----------

------- **Ponto 2** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Febres / XXI Ciclo de Teatro Amador do Concelho de Cantanhede; ----------

------- **Ponto 3** - Apreciação, discussão e votação da proposta de retificação da deliberação de Câmara de 05/02/2018 / Pagamento 2.º Semestre / Postos de Enfermagem / Freguesia de Cordinhã; ----------

------- **Ponto 4 -** Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia da Sanguinheira / Licença especial de ruído e Licença de funcionamento de recinto de espetáculos e divertimentos públicos / Desfile de Carnaval na Sanguinheira; ----------

------- **Ponto 5 -** Apreciação, discussão e votação da proposta de não aceitação da delegação de competências para o ano de 2019, previstas no Dec.-Lei n.º 20/2019, de 30 de janeiro (Proteção e saúde animal e de Segurança Alimentar) e do Dec.-Lei n.º 22/2019, de 30 de janeiro (Cultura); ----------

------- **Ponto 6** - Apreciação, discussão e votação da proposta de adesão do Município de Cantanhede à Associação Internacional das Cidades Educadoras; ------

------- **Ponto 7** - Apreciação, discussão e votação do pedido de autorização da assunção do compromisso plurianual, para o Concurso Público para: Construção do arruamento de ligação da Feira Quinzenal até à Rua dos Bombeiros Voluntários, por empreitada / Autorização da assunção do compromisso plurianual; ----------

------- **Ponto 8** - Apreciação, discussão e votação da 2.ª Revisão ao Orçamento da Receita e da Despesa e às GOP´s da Câmara Municipal de Cantanhede para o ano de 2019; ----------

------- Iniciada a sessão, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, João Moura, conferiu com a Mesa as presenças, ausências e substituições operadas, tendo justificado as faltas da Sr.ª Maria Manuel Fael, do Sr. Rogério Marques, da Sr.ª Joana Seabra Malta, da Sr.ª Áurea Andrade, por motivos profissionais, e ainda do Primeiro Secretário da Mesa, Sr. José Maria Maia Gomes e do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ançã, Cláudio Cardoso, por motivos pessoais, conforme documentos apresentados. Pedido de substituição da Sr.ª Presidente da Junta de Freguesia de Cadima pelo seu Secretário, Carlos Gregório, do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Tocha pelo seu Secretário, Antero Paiva e da Sr.ª Presidente da Junta da União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça pelo seu Secretário, Nuno Caldeira.----------

------- Faltando o Primeiro Secretário da Mesa, José Maria Maia Gomes, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, convidou a Membro da Assembleia, Jacqueline Marralheiro, para o substituir, tendo a mesma aceite. Colocada aquela substituição para aprovação pelos restantes Membros todos concordaram. ----------

------- Presença dos restantes membros da Assembleia Municipal. ----------

------- De seguida passou-se à apreciação dos assuntos constantes do Edital antes referido. ----------

------- **Ponto n.º 1 da Agenda de Trabalhos** – «Apreciação, discussão e votação da proposta de desafetação do Domínio Público de uma parcela de terreno, sita na Rua Dr. Jaime Cortesão, na cidade de Cantanhede, no âmbito do Processo de Obras n.º 1609/2018»;----------

------- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual após cumprimentar todos os presentes na sessão, antes de entrar no ponto propriamente dito, informou que a necessidade da realização da presente sessão decorreu do Ponto n.º 5 - Apreciação, discussão e votação da proposta de não aceitação da delegação de competências para o ano de 2019, previstas no Dec.-Lei n.º 20/2019, de 30 de janeiro (Proteção e saúde animal e de Segurança Alimentar) e do Dec.-Lei n.º 22/2019, de 30 de janeiro (Cultura), uma vez que existem prazos para resposta estabelecidos pelo Governo. De seguida, solicitou que fosse o Sr. Diretor do Departamento de Obras e Urbanismo, Eng.º António Abreu a apresentar o ponto em análise. ----------

------- Tomou a palavra ao Sr. Diretor do Departamento de Obras e Urbanismo, Eng.º António Abreu, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, informou tratar-se de uma correção de alinhamento prevista no Plano de Urbanização de Cantanhede. Esclareceu que a correção de alinhamento em causa será junto de uma construção na Rua Jaime Cortesão, que implica a cedência de 4,20m^2 de espaço público e que foi avaliado segundo as regras do Código de Expropriações. Esclareceu ainda que, com aquela cedência, o proprietário beneficiará do aumento da capacidade construtiva, com mais 10,2m^2, estando a parcela a ceder avaliada em 1.250,00 €. ----------

------- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o Ponto 1 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de desafetação do Domínio Público de uma parcela de terreno, sita na Rua Dr. Jaime Cortesão, na cidade de Cantanhede, no âmbito do Processo de Obras n.º 1609/2018», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade;----------

------- **Passou-se, de seguida ao Ponto 2 -** «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Febres / XXI Ciclo de Teatro Amador do Concelho de Cantanhede»;----------

-------- O Sr. Presidente da Mesa deu de novo a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual recordando que está a decorrer o 21.º Ciclo de Teatro Amador do Concelho de Cantanhede, afirmou que relativamente aos 17 Grupos das 10 freguesias do Concelho que estão envolvidos, verifica-se de ano para ano um maior empenho e uma maior qualidade nas peças apresentadas. De seguida informou que, no caso concreto, se pretende atribuir um subsídio à Junta de Freguesia de Febres, uma vez que promove a atividade das Pequenas Vozes de Febres, que também participam no Ciclo de Teatro. Acrescentou que, no total foram atribuídos subsídios a todos os Grupos num total 11.250,00 €, sendo que, foram atribuídos 750,00 € a cada grupo que apresentou peças novas e 525,00 € aos grupos que repetiram a peça do ano anterior, como foi o caso das Pequenas Vozes de Febres. ----------

------- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o Ponto 2 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Febres / XXI Ciclo de Teatro Amador do Concelho de Cantanhede», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade; ----------

------- **Passou-se, de seguida ao Ponto 3** - «Apreciação, discussão e votação da proposta de retificação da deliberação de Câmara de 05/02/2018 / Pagamento 2.º Semestre / Postos de Enfermagem / Freguesia de Cordinhã»; ----------

------- Voltou a intervir a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, esclarecendo que o assunto já foi presente à Assembleia Municipal, mas houve uma troca de dígitos no valor apresentado, sendo que o valor correto é 1.413,30€ e não 1.143,30€. De seguida, informou que, relativamente aos postos de enfermagem, o Município continua sem resposta da A.R.S. Centro, apesar de esta continuar a fornecer os consumíveis, sendo certo que se aparecer um grave problema em algum dos postos de enfermagem, não se sabe muito bem a quem atribuir a responsabilidade. Informou ainda que iria enviar novo ofício ao Sr. Secretário de Estado e que a Sr.ª Vereadora, que tem a área da saúde, já solicitou mais uma reunião com a Sr.ª Presidente da A.R.S. Centro para tentar clarificar o assunto para bem das pessoas e também de todas as Juntas que estão envolvidas. ----------

------- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o Ponto 3 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de retificação da deliberação de Câmara de 05/02/2018 / Pagamento 2.º Semestre / Postos de Enfermagem / Freguesia de Cordinhã», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade; ----------

------- **Passou-se, de seguida ao Ponto 4** - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia da Sanguinheira / Licença especial de ruído e Licença de funcionamento de recinto de espetáculos e divertimentos públicos / Desfile de Carnaval na Sanguinheira»; ----------

------- O Sr. Presidente da Mesa deu, de novo, a palavra à Sr.ª Presidente da Camara, Helena Teodósio, a qual informou que a Freguesia da Sanguinheira promoveu um dia especial pelo Carnaval, sendo as licenças em causa respeitantes

aos espetáculos com música gravada e licença especial de ruido, todas no valor de 36,95 €. ----------

------- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 4 –** «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia da Sanguinheira / Licença especial de ruído e Licença de funcionamento de recinto de espetáculos e divertimentos públicos / Desfile de Carnaval na Sanguinheira», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade;----------

------- **Passou-se, de seguida ao Ponto 5** - «Apreciação, discussão e votação da proposta de não aceitação da delegação de competências para o ano de 2019, previstas no Dec.-Lei n.º 20/2019, de 30 de janeiro (Proteção e saúde animal e de Segurança Alimentar) e do Dec.-Lei n.º 22/2019, de 30 de janeiro (Cultura)»;----------

------- O Sr. Presidente da Mesa deu, de novo a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, a qual recordou já se ter falado várias vezes na Assembleia Municipal da Lei 50/2018, de 25 de junho, denominada de Lei Quadro de Transferência de Competências. Considerando que o assunto deve ser avaliado com muito cuidado, recordou que a opinião de todo o Executivo tem a ver, essencialmente, com os princípios que estão subjacentes àquela descentralização, que a Lei menciona como "*os princípios da subsidiariedade da descentralização administrativa e da autonomia do poder local.*" Considera que, se a descentralização for aceite como está, as Câmaras deixam de ter autonomia, porque vão ficar completamente tolhidas do ponto de vista financeiro. Recordou ainda que as áreas que vão ser transferidas, supostamente, a 1 de janeiro de 2021 são: a educação, a ação social, a saúde, a proteção civil, a cultura, o património, a habitação, as áreas portuárias ou marítimas e as áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetas à cidade portuária, as praias marítimas, fluviais e lacustres, a informação cadastral, a gestão

florestal e áreas protegidas, os transportes e vias de comunicação, as estruturas de atendimento ao cidadão, o policiamento de proximidade, a proteção e saúde animal, a segurança dos alimentos, o estacionamento público e as modalidades afins de jogos de fortuna e azar, das quais só têm envelope financeiro, as áreas da saúde e da educação. Acrescentou que, da área da educação ainda não existe qualquer valor, tendo sido prorrogado o prazo. Relativamente à área da saúde já temos e aproveito apesar dos números não estarem em causa para vos dar já nota dos valores que estão em cima da mesa. Do resto das outras, nada tem envelope financeiro a acompanhar. Recordou ainda que, já em anos anteriores, se manifestou e falou da envolvência em termos de despesa que o Município iria ter, sem obter qualquer receita, porque efetivamente, ela não existe. Relativamente às áreas em discussão, informou que ao nível da Cultura, o Município recebeu uma lista do património que o Estado quer transferir, encontrando-se um grupo de trabalho a analisar todas as despesas que lhes estão inerentes, dirigido pelo Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro, José Negrão. No entanto, ninguém sabe dizer exatamente o que pode efetivamente ser transferido para o Município, apesar de se suspeitar que possam ser as manutenções, o pessoal que eventualmente possa estar ligado ao património em causa, bem como toda a parte administrativa de licenças. Por outro lado, em relação à transferência de competências sobre Proteção de Saúde Animal, Segurança e Alimentos, afirmou estar preocupada pela informação prestada pelo próprio Veterinário Municipal, porque de acordo com a Lei, para além de outras coisas, o Veterinário vai passar a: - Executar os planos do controlo oficiais nos estabelecimentos de transformação de géneros alimentícios em que a Câmara seja entidade coordenadora; - Vistoriar a manutenção das condições sanitárias nos estabelecimentos da DGAV; - Assegurar o controlo do

estabelecimento de distribuição de venda de carnes e seus produtos sem prejuízo das competências atribuídas à ASAE; - Assegurar o controlo oficial das condições sanitárias nos estabelecimentos pecuários em que a Câmara Municipal seja a entidade coordenadora do início da atividade; - Proceder à inspeção sanitária nos estabelecimentos de abate de animais destinados à produção de carne para alimentação humana em que a Câmara seja a entidade também coordenadora. Para além do facto do seu vencimento que, até ao momento é pago 60% pelo município e 40% pela DGAV, passará a ser pago integralmente pelo Município. Afirmou ainda que, para aquela área toda de controlo, desde a indústria, a restaurantes, a bares, serão necessários mais veterinários, mais apoio administrativo, mais viaturas e engenheiros na área alimentar, não se sabendo se não trará problemas de cruzamento de autoridades e o que irá acontecer com a DGAV, a ASAE ou a outras entidades que têm funcionários. Referiu ainda que, do ponto de vista financeiro é uma carga elevada, que, conforme diz a Lei, poderá ser superada pelo valor das taxas e das receitas das contraordenações, o que considera terrível. Voltou de seguida a demonstrar o seu desagrado pela forma como foi iniciada a descentralização, que será aplicada a 1 de janeiro de 2021, e que praticamente impõe a aceitação e depois é que se negoceia, para além do facto dos prazos concedidos às Câmaras, quando não estão de acordo, obrigarem na maioria à realização de sessões extraordinárias, considerando assim ser uma forma de mobilizar as pessoas a deixar de pensar pela sua cabeça e aprovem aquelas descentralizações às cegas. Afirmou não ter a menor dúvida de que, esta quantidade de delegação de competências vai ser um garrote financeiro brutal para qualquer Município, e ainda que, pessoalmente, considera que não há nenhuma posição relativamente ao Governo que esteja em questão, porque sabe que o

Partido Social Democrata, pelo qual foi eleita, também esteve no processo, aceitando algumas coisas, que ela própria se recusa a aceitar porque está mal feito. Considera que, neste momento, o Governo não está do lado das Autarquias, e tenta apenas despachar para os municípios o que não lhe interessa ter. Voltando ao assunto da questão animal, referiu que o Município tem canil, que no momento está esgotado e que tem para além do Médico Veterinário, um funcionário de apoio e uma engenheira a tempo parcial. Acrescentou que já há um projeto acabado para replicar para o dobro aquele espaço e para criar também uma zona onde os animais possam andar à vontade, de modo a não estarem eternamente numa jaula e possam ter alguma qualidade de vida, com proteção, condições de saúde e alimentares. Informou ainda que, nesse sentido, foi feita uma candidatura para a ampliação do espaço do Canil Municipal, mas a mesma não foi aceite, tendo ficado em 36.º lugar. Acrescentou que o projeto está pronto e que vai avançar através do Orçamento Municipal, porque realmente é incomportável a quantidade de animais que não se consegue recolher. Também aqui se verifica que há a vontade de transferência de competências, mas sem o apoio necessário para que, do ponto de vista das condições do próprio animal, as Câmaras possam investir e conseguir ter as condições certas. De seguida informou que, já chegou do Governo o pacote financeiro relativamente à saúde, bem como a indicação dos postos que irão transitar para o Município, nomeadamente, o Centro de Saúde de Cantanhede, de Ançã, de Murtede, de Sepins, de Covões, a USF de Febres, de Cadima, da Tocha. Acrescentou que se esqueceram da USF do Bolho e que um dia destes, um Presidente de Câmara do Partido Socialista, lhe disse que *"não se esqueceram, querem acabar com essa. Claramente, não tenha ilusões."* De seguida, o Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro, Dr. José. Negrão e sua equipa bem como

a Sr.ª Vereadora Enf.ª Célia Simões, partiram para o terreno, para no local, conhecerem a situação em que se encontram aquelas extensões de saúde. Recordou, de seguida que há extensões de saúde que estão instaladas em propriedade do Estado, outras do Município e outras ainda de Casas do Povo, sob a forma de arrendamento. Esclareceu que, do cálculo que foi feito, não foi contemplado, por esquecimento, o valor da renda de um edifício do Município, mas foram analisados os gastos em água, em luz e com os funcionários, que são bem mais dos que são indicados. Esclareceu que foram indicados 9 e foram contabilizados 20 nesse estudo, não se sabendo muito bem por quem estes trabalhadores extras, que são necessários, estão a ser pagos, mas não devem ser efetivos. Referiu também as despesas de táxis que apresentam um valor anual de 67,00€, quando consultadas qualquer extensão de saúde onde foram deslocadas equipas, pelo número de vezes que o táxi sai em todas as extensões, o valor ascende a 22.000,00€ por ano. Por outro lado, não há qualquer valor referente aos seguros das instalações e as condições das instalações existentes estão em mau estado. Assim, informou que o valor apresentado pelo Governo para transferir a delegação de competências na área da Saúde foi de 324.000,00€ por ano, quando o valor apurado pelo Grupo de Trabalho, sem estar empolado, é de 1.086.000,00€, o qual já foi comunicado em contraditório. Recordou, de seguida o que se passou em relação à educação, quando pela avaliação criteriosa feita pela equipa da Câmara e pelos Senhores Presidentes dos Agrupamentos, validada pela Sr.ª Secretária de Estado da Educação, na ordem dos 5.000.000,00€ para intervenção na Secundária e nas EB 2,3, cujas obras não serão feitas antes da transferência de competências. Afirmou que os Municípios vão ter que perceber que, nesta transferência de competências, quando há necessidade de obras, não há um tostão que sai do

orçamento de Estado, tendo sido transmitido pela Sr.ª Secretária de Estado que, a negociação dos valores que vão ser afetos à educação deverão ser comunicados pelo Município à CCDRC que, por sua vez, os irá avaliar e indicar quanto caberá a Cantanhede. Assim sendo, se não der para chegar à Secundária, à EB 2,3, à Escola de Febres e à da Tocha, o que faltar deverá sair do orçamento municipal. Considerou assim que, se se somarem todos os encargos que irá ter o Município, não terá a possibilidade de manter esta delegação de competências e o resto da sua normal atividade. Por essa razão, a decisão deve ser tomada, mas com consciência de que está em causa uma situação gravíssima para os Municípios. Referiu, de seguida que alguns Municípios, sobretudo do interior, já aceitaram as transferências, seja porque não serão tão afetados, seja por querem mais competências. Recordou que, já em anterior sessão, falou das transferências que já existem tais como, os Julgados de Paz ou a Loja do Cidadão, que o Município já tem ao dispor dos seus munícipes, tendo celebrado protocolos, e cedido as instalações onde está os Julgados de Paz, assegurado as juristas, os técnicos e os Assistentes Técnicos que lá estão. Recordou ainda que, quem paga as limpezas da Praia da Tocha não é a Capitania do Porto da Figueira da Foz, mas sim a Câmara e a Junta de Freguesia. Informou, de seguida que tudo o que mencionou ultrapassa os 300.000,00 € anuais, sem contar com as rendas, nem com o investimento feito em termos de mobiliário, pelo que, não serão com certeza as receitas de taxas e multas que irão cobrir aquele valor. Acrescentou que é incomportável e que será muito complicado para os Municípios, se se mantiver esta forma de dialogar por parte do Governo, tendo mesmo notado, em reuniões que tem participado, que cada vez mais alguns Presidentes de Câmara que inicialmente estavam com alguma vontade de aceitar as delegações, já recuarem, precisamente porque as contas que começaram a fazer

são dramáticas. Finalmente, falando pelo Executivo, afirmou que pelas contas apresentadas pelos serviços, todos têm consciência que não há condições para aceitar a transferência de competências, o que colocaria Cantanhede numa situação de desgoverno completo, o que implicaria ainda deixar de poder investir no que se tem investido ao longo dos anos. ----------

------- Interveio de seguida o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, afirmando que o diálogo entre o poder central e o poder local, desde o 25 de Abril de 1974 foi sempre o mesmo, como se verificou com a transferência de competências na área da Educação, quando os Municípios aceitaram aquelas transferências e de seguida verificaram que, realmente, havia uma diferença entre os valores dos custos que foram estimados e o valor dos custos efetivos. Afirmou ainda que, a situação se está a repetir, deixando uma grande desconfiança no diálogo entre o poder central e o poder local. Pediu assim que todos os Membros da Assembleia refletissem bem sobre o assunto, porque a repercussão dessa decisão, em termos futuros, vai ser muito negativa para todos os Municípios. Considera que deve existir um distanciamento para poder avaliar todo este processo. Considerou ainda ser uma completa aberração quando se vive em democracia, a imposição feita para 2021, quando pura e simplesmente todas as transferências são executadas. Acrescentou que, de seguida virão as áreas da saúde e da educação, onde, mais uma vez o Município terá que se pronunciar e, claro que se for da mesma forma como têm sido as outras propostas, serão recusadas. Afirmou considerar que pode ser que as coisas se invertam e que seja possível haver um diálogo profícuo e estas transferências que todos os Municípios, com certeza querem aceitar, porque têm experiência do que fazem com menos dinheiro e executam melhor dada a proximidade. Recordou de seguida que, mesmo com o anterior Governo de Passos

Coelho, sendo da mesma cor política, o Município não deixou de fazer as suas lutas, nomeadamente, em relação à reforma administrativa e não nos coibimos de pensar pela própria cabeça. Apelou assim a reforço de confiança na Sr.ª Presidente da Câmara para que não deixe de fazer o que sempre foi feito, nos locais próprios, nomeadamente, neste caso, na Comunidade Intermunicipal, fazendo valer o que considera valores justos e ainda, defender e alertar, eventualmente, os colegas que poderão estar mais distraídos, para não decidirem em função do vinculo e das obrigações politicas. Deixou assim um desafio, a todos os Membros, independentemente dos partidos que representam na Assembleia Municipal, para conseguirem um diálogo de forma distante, correta e fria, para perceberem que, o que poderá vir aí não é o mais correto. Acrescentou que, todos os órgãos próprios, seja os órgãos partidários, distritais ou nacionais, seja junto dos autarcas sociais-democratas, seja na Associação Nacional de Municípios Portugueses, seja na Comunidade Intermunicipal, devem continuar a levantar a voz para agitar as consciências de forma a que o processo seja levado a bom caminho, com diálogo e que as delegações de competências efetivamente se realizem, até porque em muitas delas, os Municípios já as têm. Voltou a frisar que esta matéria é muito crítica para a vida dos Municípios em termos de futuro pelo que, se houver a possibilidade de, em sede própria, seja local, regional ou nacional, poder levantar a voz, devem fazê-lo porque 2021 já está muito próximo. Falou ainda sobre as negociações que foram feitas pelo Ministro Eduardo Cabrita e sobre os acordos feitos com a ANMP, com o Governo, e ainda com dois grandes partidos, nomeadamente, o P.S.D. e o P.S., onde possivelmente consideraram que os impostos seriam uma boa fonte de receita para os Municípios. Recordou que Cantanhede contribuiu para a balança comercial, segundo dados do INE de 2014, com 46.000.000,00 €, batendo o record

no distrito. Deu ainda o exemplo da BIOCANT que, com dez anos de atividade, foi tributada em cerca de 24.000.000,00 €, tendo o Município ficado com uma percentagem daquele valor bastante diminuta. Recordou, de seguida uma situação semelhante, no seu primeiro mandato, como Presidente de Câmara, quando se discutiu, com a Diretora Regional de Educação, Engrácia Castro, a possibilidade do Município ficar com a EB 2,3 e os números apresentados para a execução do projeto em tempo record era de cerca de 4.800.000,00 €, com níveis de construção na ordem dos 700,00 € o metro quadrado, o que era aceitável, mas nunca avançou porque o Governo não queria colocar ali um cêntimo. Por outro lado, se o Município já tem os jardins-de-infância, as EB`s e as primárias, porque que não também os outros equipamentos? Porque o que está em discussão, não são transferências totais na área da educação, apenas a parte do equipamento que todos sabem que o Município irá gerir melhor que o Estado Central, mas com os meios necessários para não entrar em rutura financeira. Finalmente, voltou a referir ser importante olharem bem para o assunto, validar os números e interessarem-se um bocado por aquelas matérias, cada um ao seu nível partidário e na sua esfera de influências. ----------

-------O Sr. Presidente da Mesa, deu a palavra ao Sr. Luís Pato, o qual, após cumprimentar todos os presentes, recordou que estes pacotes financeiros foram negociados com organizações intermunicipais como a Associação Nacional de Municípios Portugueses, a própria CIM e a ANAFRE, questionou sobre qual a posição que aquelas organizações têm em relação a estas situações, que a Sr.ª Presidente falou aqui. ----------

-------O Sr. Presidente da Mesa, deu a palavra ao Sr. Carlos Negrão, o qual, após cumprimentar todos os presentes, afirmou ser sobejamente conhecida a posição do Partido que representa em relação ao tema em análise, tendo já sido transmitida em

Assembleias anteriores a fundamentação que o leva, mais uma vez a aderir à proposta de não aceitação da delegação de competências. ----------

------- O Sr. Presidente da Mesa deu também a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murtede, Carlos Fernandes, o qual, após cumprimentar todos os presentes, referiu que, no fundo, os assuntos são os mesmos, embora a matéria de facto é que tem variado, sendo natural que se repitam alguns argumentos. Assim, reiterou que o processo é contraditório consigo próprio e que em alguns casos roça o ditatorial, porque os próprios diplomas preveem em muitos casos que a decisão da aceitação ou não, seja tomada pelos órgãos deliberativos, logo pelas Assembleias, sejam da Freguesia ou Municipais, mas só sendo obrigatório se for pela não aceitação, o que é vergonhoso e redutor do papel das Assembleias, dos órgãos deliberativos e da pluralidade partidária. Recordou que, existiram Assembleias que até pretendiam manifestar-se contra e os órgãos executivos decidiram em contrário ou nem decidiram e, não podendo assim ser deliberado pelas Assembleias. Recordou que, na Assembleia de abril de 2018, uma moção apresentada pela C.D.U. aprovada pela Assembleia tinha as seguintes conclusões: "*manifestar reservas quanto à transferência de mera execução, física e financeira; rejeitar qualquer nova transferência como atribuições e competências sem a garantia comprovada da dotação das autarquias com os meios indispensáveis ao seu pleno exercício, pelo presente e futuro*". Recordou ainda que aquela moção foi aprovada com os votos favoráveis do P.S. e da C.D.U e com a abstenção da bancada do P.S.D. porque apesar de concordar com as conclusões, não concordava com a matriz ideológica e como se chegaram àquelas conclusões. Basicamente todos manifestavam reservas quanto a meras transferências de execução física e financeira se não estivessem salvaguardados os meios indispensáveis ao pleno

exercício daquelas competências, sendo que, na altura, não dispunham dos dados que hoje se conhecem. Relativamente ao envelope financeiro recordou que se está a falar de cerca de duas dezenas de áreas para transferência de competências, mas só duas delas têm envelope financeiro associado, sendo assim mais que evidente que não estão garantidos os meios necessários, quer em termos de património, quer em termos de pessoal, porque há custos que lhes estão associados. Foi aqui ainda repetido por mais que uma vez, que seria necessário efetuar estudos, seria necessário ter uma informação mais avalizada do ponto de vista financeiro, e, como não há um envelope financeiro, parece-lhe que não é preciso estudo nenhum para perceber que os Municípios vão ser prejudicados. Por outro lado, questionou se alguém tem conhecimento de algum estudo da diminuição de despesa para o Estado Central a nível do património, de pessoal e da desafetação de recursos, pois nada garante que, ao transferir competências para os Municípios, não haverá aumento de despesas para o Estado Central, uma vez que se se somarem as despesas do Estado Central com os valores despesas que vão ser transferidos para as autarquias, nada garante que o país vai poupar com isso. Referiu também que, do ponto de vista da receita, não foram apresentados estudos de quanto representam as multas e as taxas, sendo uma receita pontual porque o cidadão pode ser cumpridor e pode não haver lugar a multas. Assim, afirmou que, do ponto de vista da equidade, do funcionamento democrático das instituições, da salvaguarda dos direitos do Município e dos cidadãos do concelho, da salvaguarda financeira das autarquias locais, e de uma relação criteriosa entre as instituições, no caso entre o Estado Central e as Autarquias, este parece ser um processo perante o qual não se pode aceitar de forma alguma a transferência que querem impor. ---------

------- Retomou a palavra a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, informando que, a Associação Nacional de Municípios Portugueses foi ouvida pelo Governo e por outras entidades. Desses diálogos que duraram horas, houve coisas que conseguiram obter, tendo ela própria, em sede da estrutura partidária, manifestado desde sempre a sua posição, tal como outros presidentes o fizeram, mas que não são vinculativas. Voltou a frisar que, apesar de haver estruturas representativas de algumas entidades, as pessoas também pensam pela sua própria cabeça e, por muito que a maioria dos 308 Municípios possam pensar no que será o melhor para o seu Município, muitas vezes não estão na mesma linha do que é decidido naquelas estruturas. Admite, contudo, que muitas coisas foram conseguidas naqueles diálogos entre todas aquelas entidades, como os partidos que têm assento na Assembleia da República, a ANAFRE e a Associação Nacional de Municípios Portugueses. Relativamente à ANAFRE, alertou os Senhores Presidentes de Junta para começarem a pensar muito a sério no que lhes vai também caber, porque não vai ser fácil perante o encargo financeiro que terão e a receita que será mínima. Referiu também que é ótimo ter um serviço público de proximidade com as pessoas, pensado não só pelo dinheiro, mas, evidentemente, este tem que ser devidamente acautelado. Afirmou que é importante esta descentralização para os Municípios, existindo áreas que são importantes e que os Municípios tratam melhor, com maior proximidade, mas são necessários meios para que o possam fazer. Referiu-se de seguida ao facto de se falar sobre a descentralização, pensando-se já na hipótese da regionalização, mas não se sabe como irão funcionar as Comunidades Intermunicipais, as CCDR`s ou as Direções Regionais. Acrescentou ser evidente que, há áreas que estão no momento a precisar que lhes deem mais competências, para que no futuro sejam elas a gerir, se calhar, uma região, e, nesse caso, é mais

que evidente que haverá Direções Regionais que vão cair. Voltou a referir ser necessário, para algumas, existir descentralização, com aumento de competências nalgumas áreas, mas ninguém dá resposta sobre como será o futuro. Se as comunidades começarem a gerir o turismo, a cultura, a proteção civil, os transportes e os concursos, o que acontecerá com as CCDR`s? Sendo importante que se faça uma clarificação deste assunto. ----------

------- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra ao Sr. Luís Pato, o qual agradeceu o esclarecimento e questionou sobre a posição da Associação Municipal de Municípios Portugueses e das outras Associações, relativamente ás competências que estão em discussão, pois acredita que os problemas que foram elencados pela Sr.ª Presidente da Câmara, não serão exclusivos de Cantanhede, também devem acontecer noutros municípios. Frisou ainda o facto de apenas se ter falado dos problemas, e não das oportunidades, o que será outra questão. Finalmente solicitou que se concretizasse, em concreto, os dois dossiers que estão a ser votados. ----------

------- Respondeu a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio que não tem informação direta sobre os mesmos, apenas de tudo o que foi analisado e que deu origem à Lei, sendo que esta só saiu depois dos contactos que foram estabelecidos com a Associação Nacional de Municípios Portugueses e com os partidos de forma geral. ----------

------- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 5** – «Apreciação, discussão e votação da proposta de não aceitação da delegação de competências para o ano de 2019, previstas no Dec. Lei n.º 20/2019, de 30 de janeiro (Proteção e saúde animal e de Segurança Alimentar) e do Dec. Lei n.º

22/2019, de 30 de janeiro (Cultura)», tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 36 votos a favor, 5 votos contra e 1 abstenção; ----------

------- Após a votação, a Sr.ª Ana Margarida Maia, procedeu à leitura de uma Declaração de Voto subscrita pela Bancada do PS, do seguinte teor: "*A Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto, estabeleceu o quadro de transferências de competências para as Autarquias Locais e entidades intermunicipais concretizando os princípios de subsidiariedade da descentralização administrativa e da autonomia do poder local. Nos termos do n.º 1 do artigo 4º, essa transferência efetiva-se através de diplomas legais e de âmbito sectorial relativo às diversas áreas a descentralizar da administração direta e indireta do Estado. As áreas a descentralizar compreendem, de acordo com os artigos 24º e 25º da referida Lei, competências relativas ao setor da Proteção e Saúde Animal e a Segurança dos Alimentos e que agora com o presente Decreto-Lei n.º 20/2019 de 30 de janeiro, se pretende concretizar nas autarquias locais, nomeadamente no que concerne aos animais de companhia e animais de produção e à segurança dos alimentos em que a Câmara Municipal surge como entidade coordenadora. De realçar ainda a importância da figura do Médico Veterinário Municipal, que se assume com especiais competências de controlo e fiscalização deste setor. Já o Decreto-Lei n.º 22/2019 de 30 de janeiro, fez o mesmo para a área da Cultura, aproveitando a vasta experiência na programação cultural das autarquias, transferiu as competências no âmbito da gestão, valorização e conservação do património cultural, gestão de recursos humanos afetos a esse património, bem como ao controlo prévio e fiscalização de espetáculos de natureza artística, dando um passo significativo no compromisso sério, definitivo da descentralização e empoderamento do poder local, tais diplomas representam mais um passo na cena da regionalização e reforço do poder autárquico com todas as*

vantagens que tal representa, ainda que traga consigo desafios, incerteza e desconfiança iniciais que serão certamente ultrapassados pela determinação, empenho das entidades responsáveis pela capacidade negocial e consenso mútuos representando uma oportunidade para as autarquias. Assim, os Membros eleitos do Partido Socialista da Assembleia Municipal de Cantanhede, mantendo a coerência das suas intervenções anteriores a favor da descentralização, votam contra a não aceitação de delegação de competências para o ano 2019, previstas nos referidos diplomas legais." ----------

------- O Sr. Presidente da Mesa informou que, entretanto, no decorrer da sessão, recebeu um *e-mail* do Sr. José Carlos Jesus, a informar que, por motivos profissionais, não pode estar presente na sessão da Assembleia Municipal. ----------

------- **Passou-se, de seguida ao Ponto 6** - «Apreciação, discussão e votação da proposta de adesão do Município de Cantanhede à Associação Internacional das Cidades Educadoras»; ----------

------- Interveio a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual solicitou que fosse o Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso a apresentar o assunto a discutir. ----------

------- Foi então dada a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso o qua, após cumprimentar todos os presentes na sessão, informou tratar-se de uma proposta de adesão à Associação Internacional das Cidades Educadoras. Informou de seguida que o Município reúne condições para a adesão àquela Associação e, por outro lado, aquela adesão acaba por ser uma possibilidade de pertencer a um fórum de análise, de reflexão, discussão, de partilha de experiências e boas práticas, de inspiração de novos projetos, de adquirir conhecimentos em diversas áreas que acrescentarão valor ao que já é feito. Acrescentou que a educação não ocorre

apenas nos limites da escola, mas, sobretudo em todos os cantos das comunidades e, por conseguinte, para além dum conjunto de iniciativas e de projetos que estão a decorrer e que veem precisamente ao encontro das cidades educadoras, sendo uma oportunidade por excelência, de conhecer outras realidades e projetos que possam eventualmente responder a algumas necessidades, quer sejam sinalizadas no concelho, quer possam vir a ser adaptadas à nossa realidade. Informou ainda que irá promover o cumprimento dos princípios da carta das cidades educadoras, desde impulsionar colaborações e ações concretas entre estas cidades e algumas delas com uma larga experiência e também já com trabalho de boas práticas muito bem conseguido. Participar e cooperar ativamente em projetos de intercâmbio e experiências com outros grupos e instituições, aprofundar o discurso das cidades educadoras e promover a sua concretização, influenciar o processo de tomada de decisões dos governos, até porque resulta daqui grandes linhas de força que são partilhadas com os diferentes governos. Dialogar e colaborar com diferentes organismos nacionais e internacionais. Afirmou acreditar que no fundo será um instrumento para o que o Município passe também a dispor, na medida em que participa, de numa perspetiva de procurar permanentemente o desenvolvimento de todas as potencialidades educativas do território, desde as políticas, o espaço e o tempo e os atores como agentes pedagógicos, que permitem esse desenvolvimento pleno de todo o potencial humano. Informou também que as cidades educadoras têm uma *nuance* muito forte sobre a questão da promoção dos direitos das crianças e jovens, portanto, numa perspetiva também para além da dimensão integradora, da aprendizagem ao longo da vida e no fundo, concertar e desenvolver também uma consciência ao nível das diversas instituições/associações, que têm um papel educativo extremamente importante. Questionou sobre o facto se poder viver em

cidadania ativa, quando há instituições/associações onde nem fazem eleições, nem têm processos democráticos internos, porque não têm consciência profunda, que se estão a desenvolver plataformas importantes de participação. Assim, considera que todo este envolvimento e esta adesão, terá todas estas vantagens como ponto de partida para ir mais longe na conceção de uma educação que, no fundo, tem como perspetiva, em tudo o que faz, de como se chega às pessoas, à cidadania e se desenvolve todo este potencial humano. ----------

------- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu ainda a palavra à Sr.ª Sofia Pedro, a qual após cumprimentar todos os presentes na sessão fez a seguinte intervenção em representação da bancada do PS: "*A bancada do Partido Socialista, considera a adesão à Associação Internacional das Cidades Educadoras uma mais-valia para a formação, promoção e desenvolvimento de todos os habitantes do concelho, sendo também uma mais-valia para o intercâmbio de ideias, problemática, estratégias, informações, boas práticas entre as cidades educadoras, neste caso como motor de melhoria e desenvolvimento para os cidadãos do concelho de Cantanhede. Acreditamos que a comunicação e contacto com as outras cidades educadoras, potenciará não só a partilha de práticas, como também o conhecimento de outros sistemas e projetos pedagógicos. A bancada do Partido Socialista espera que esta adesão propicie a todos os habitantes de Cantanhede e agora citando os princípios da Carta da Associação, o direito a uma cidade educadora ao serviço integral das pessoas e claro, com compromisso da cidade. A bancada do Partido Socialista espera que com esta adesão, Cantanhede possa ser uma cidade onde todos terão o direito de desfrutar em condições de liberdade e igualdade, os meios e oportunidades de formação, entretenimento e desenvolvimento pessoal que ela lhes oferece. A cidade deverá garantir a qualidade de vida de todos os seus habitantes.*"

------- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 6** - «Apreciação, discussão e votação da proposta de adesão do Município de Cantanhede à Associação Internacional das Cidades Educadoras», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade; ----------

------- **Passou-se, de seguida ao Ponto 7** - «Apreciação, discussão e votação do pedido de autorização da assunção do compromisso plurianual, para o Concurso Público para: Construção do arruamento de ligação da Feira Quinzenal até à Rua dos Bombeiros Voluntários, por empreitada / Autorização da assunção do compromisso plurianual»; ----------

------- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu, de novo a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou ser um arruamento que está para ser feito há muitos anos, não só por estar previsto no P.U., mas sobretudo pela questão das cheias que ocorrem naquela área, nomeadamente, sobretudo devido às chuvas, na zona entre a G.N.R. e os Bombeiros Voluntários. Informou ainda que, aquela obra, no valor de 454.680,56 €, vai ligar as bombas de gasolina ao arruamento dos Bombeiros, fazendo com que o trânsito possa escoar de uma forma mais eficaz, sem entrar na cidade. Acrescentou que, o seu elevado valor tem a ver com toda a construção subterrânea que vai ter que ser feita para o encaminhamento das águas, não podendo ser com um tubo normal, mas sim uma construção em betão. Acrescentou ainda que aquela obra, para não interferir com a Expofacic, terá que ser feita entre agosto e maio, esperando que inicie mesmo em agosto, apesar de ter que ir a Visto do Tribunal de Contas devido ao seu valor. Informou finalmente que o que está em aprovação é a Autorização da Assunção do Compromisso Plurianual, que afeta 234.231,66 € para o ano de 2019, e 248.286,62 €, para o ano de 2020. Referindo-se à Expofacic, informou que a mesma obteve o

prémio Ibérico da melhor feira e da melhor festividade Ibérica, tendo já o Executivo manifestado gratidão perante todos os que, que ao longo destes anos, se envolveram, desde funcionários, Comissões Executivas, Juntas de Freguesia Associações, Escolas, IPSS, público em geral e toda a comunidade de Cantanhede, que realmente têm marcado pontos naquele evento tão importante para o concelho.

------- O Sr. Presidente da Mesa deu, de seguida, a palavra à Sr.ª Ana Margarida Maia, a qual, aproveitando as últimas palavras da Sr.ª Presidente, deu os parabéns a todos os que puderam participar e fazer da Expofacic a verdadeira festa do concelho, bem como a todas as pessoas e entidades que fizeram com que merecesse o prémio da melhor festividade da Região Ibérica. Relativamente ainda à questão do arruamento em causa, informou que o mesmo vai cortar uma parte da zona das tasquinhas da Expofacic e que há também necessidade de se fazer uma intervenção na Expofacic, a qual está condicionada a outras obras. Explicou de seguida o projeto que está pensado nesse sentido bem como alguns condicionantes que foram verificados e devem ser estudados, a colisão da zona das Tasquinhas com o campo, o qual se pretende continuar a ter como espaço da Feira. Acrescentou que, não se consegue avançar com a obra, antes da conclusão do Parque Desportivo de Cantanhede, cujas propostas já foram abertas. Informou ainda que todos os concorrentes são anónimos, sendo os envelopes apresentados selados e com códigos. Referiu ainda que, dos 14 projetos apresentados e aceites, há ideias muito interessantes sobre as quais o Júri vai deliberar e elencar os mesmos por ordem de preferência e só no final, quando for escolhido o projeto é que se irá abrir o envelope correspondente ao Código apresentado e assim, descobrir quem é o arquiteto ou o gabinete criador. Finalizou informando que o procedimento

está nesta fase, mas até que o concurso se desenvolva, ainda vai demorar algum tempo.----------

------- Voltou a intervir a Sr.ª Ana Margarida Maia, questionando sobre o valor global de toda a obra, respondendo a Sr.ª Presidente da Câmara 454.680,86 € mais IVA a 6%.----------

------- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 7 -** «Apreciação, discussão e votação do pedido de autorização da assunção do compromisso plurianual, para o Concurso Público para: Construção do arruamento de ligação da Feira Quinzenal até à Rua dos Bombeiros Voluntários, por empreitada / Autorização da assunção do compromisso plurianual», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade;----------

------- **Passou-se, de seguida ao Ponto 8 –** «Apreciação, discussão e votação da 2.ª Revisão ao Orçamento da Receita e da Despesa e às GOP´s da Câmara Municipal de Cantanhede para o ano de 2019»;----------

------- Voltou a intervir a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que foi efetuada a 2.ª revisão, para se criar uma rubrica nova, denominada "transferência para o desenvolvimento e execução de ações de gestão preventiva de combustíveis e transferência para investimento na área da proteção civil", decorrente da necessidade de limpeza das faixas de gestão de combustível, através de um protocolo estabelecido com a OFA – Organização Florestal Atlantis. Recordou que estão a decorrer várias reuniões nas Freguesias com a Proteção Civil, a G.N.R., o Sr. Vereador Adérito Machado e com as Juntas locais para serem prestados esclarecimentos. Referiu de seguida que, há muitos populares que já estão a fazer as suas intervenções e limpeza nos terrenos, mas, o Município já teve que avançar em alguns locais. Acrescentou que daquela rúbrica, sairá toda a despesa inerente

àquela limpeza, sem aumento do orçamento porque serão deslocalizadas verbas de umas rubricas para outras.----------

------- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 8** – «Apreciação, discussão e votação da 2.ª Revisão ao Orçamento da Receita e da Despesa e às GOP´s da Câmara Municipal de Cantanhede para o ano de 2019», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade;----------

------- Seguidamente, a bancada do Partido Social Democrata apresentou uma proposta para que todos os assuntos apreciados nesta sessão fossem aprovados em minuta para efeitos imediatos. Esta proposta, após votação, foi aprovada por unanimidade. ----------

------- Finalmente, sendo 11:00 horas, o Senhor Presidente da Assembleia deu a presente sessão por encerrada, da qual se lavrou a presente acta para constar, que depois de lida e achada conforme, vai ser assinada pelos membros da Mesa. ---------

------- O Presidente:

------- O Primeiro Secretário:

------- A Segunda Secretária: